

# A SOCIOLOGIA COGNITIVA DA ECONOMIA

Antonio Paulino de Sousa

LEBARON, Frédéric<sup>1</sup>. *La crise de la croyance économique*. Paris: Éditions du Croquant, 2010. 234p.

A crise das *subprimes* é representada como um novo tempo na história econômica internacional. O sistema financeiro atingiu limites inesperados e quase chega a um esgotamento total não fosse a ação simultânea dos governos e dos Bancos Centrais<sup>2</sup>. Mas, não foi possível evitar o efeito da imprevista recessão que atingiu a economia mundial.

Sobre essa crise econômica e financeira e seus antecedentes, os economistas franceses, e outros, publicaram inúmeros livros destinados a especialistas e a um público em geral (AGLIETTA, 2008; JOHSUA, 2009). Os debates e interpretações da crise, elaboradas pelos economistas, são partes integrantes da realidade econômica. Mas uma crise econô-

1. Frédéric Lebaron é professor da Universidade de Versailles Saint-Quentin. É especialista em sociologia econômica e tem uma vasta produção. Publicou vários artigos e livros. Os livros que sintetizam sua orientação científica e política são: *La croyance économique*, Paris, Seuil, 2000, *Le savant, le politique et la mondialisation*, Ed. Raison/d'agir, 2003, *Ordre Monétaire ou Chaos Social? La BCE et la révolution néolibérale*, Paris, 2006, Ed. Raison/d'agir. É membro do Conselho Nacional das Universidades (CNU) e editor da revista *Savoir/Agir*.

2. No neoliberalismo, os Bancos Centrais são agentes essenciais da ordem econômica mundial como fonte de criação monetária e guardiãs da moeda.

mica não é apenas um problema que deve ser discutido e analisado pelos economistas. Assim, vários sociólogos franceses analisam a crise econômica (TOURAINÉ, 2011; 2013)<sup>3</sup>. No entanto, o livro de Frédéric Lebaron é uma das análises mais pertinente e bem documentada sobre o problema da última grande crise econômica que se compara apenas com a de 1929.

A crise é do capitalismo histórico (WALLERSTEIN, 1993) que se mostrou incapaz de propor uma alternativa econômica estável e justa para a sociedade em nível internacional. Trata-se de uma crise cíclica que tem diversos traços de uma crise estrutural do capitalismo mundial. Para Frédéric Lebaron, esta crise é incontestavelmente cíclica no sentido mais clássico do termo. A perspectiva adotada pelo autor é a da sociologia cognitiva da economia, cujo objetivo é estabelecer a relação entre os encadeamentos que governam a economia e certos processos mentais, principalmente os sociais, que caracterizam os agentes individuais. O autor se inscreve na tradição inaugurada por Émile Durkheim e François Simiand e, em particular, nas análises em termos de flutuações econômicas. Na análise de Frédéric Lebaron, um espaço central é atribuído aos fenômenos de crenças coletivas concebidas como motores das flutuações que se observa na economia. No centro dos campos econômicos (BOURDIEU, 2000), confrontam-se agentes e grupos que possuem lógicas, psicologias e formas diversas de pensar. Os agentes econômicos mobilizam suas representações, desejos e crenças

particulares, e tomam decisões a cada dia, mesmo na incerteza, mas sempre em função de suas posições no espaço social e, também, em função de suas disposições. As lutas sociais são desiguais, e a concorrência (SAPIR, 2006) é colocada como princípio essencial das economias modernas. No entanto, as informações não são perfeitas, e isso nos permite compreender a existência de assimetrias entre os agentes econômicos. No plano metodológico, o livro de Frédéric Lebaron parte dos diferentes discursos públicos dos agentes econômicos como forma de ação e de expressões de certos processos cognitivos que perpassam o mundo econômico. É para evitar a circularidade interna que caracterizam as análises linguísticas (e até mesmo sociológicas) que o autor combina a análise do discurso com os processos socioeconômicos, tais como eles podem ser observados através das pesquisas sociológicas e econômicas. O livro é organizado em seis capítulos.

O primeiro capítulo é fundamentado em diversos textos de análise de conjuntura, fazendo a descrição da conversão do diagnóstico oficial que conduz a adoção dos *plans de relance* da economia em diversos países, sob a direção do G20, em 2009. A virada da forma de pensar otimista para o pessimismo é uma das primeiras dimensões da crise e dos efeitos econômicos entre 2007-2009. Os discursos públicos admitem, hoje, a existência da crise, mas, para isso, foi preciso uma conversão coletiva a um diagnóstico pessimista sobre a conjuntura econômica. A crise está vin-

3. É o caso de Alain Touraine que vê na crise o desaparecimento dos atores da sociedade industrial. É a sociologia econômica que se torna uma disciplina central para a análise da crise econômica. A relação entre a sociedade e a economia sempre foi uma preocupação dos grandes clássicos da sociologia desde Max Weber.

culada à falência generalizada e imprevista da confiança (COMBEMALE, 2010)<sup>4</sup> dos agentes econômicos que ocorreu no último trimestre de 2008. Mas as perspectivas ainda eram de crescimento no final de 2007. A crise financeira está vinculada à falência do mercado imobiliário nos Estados Unidos e era considerada pelos economistas conjunturalistas como uma crise localizada. No entanto, é nesse período que os ânimos dos agentes econômicos se degradam, visto que a queda do sistema financeiro abalou-se, em particular, por causa das restrições e condições de crédito, as perspectivas de crescimento econômico. Para compreender essa problemática, Frédéric Lebaron se refere a diversos ciclos especulativos que são conhecidos nos mercados financeiros. Os economistas conjunturalistas contribuíram para a manutenção da euforia especulativa ao se desconectar da realidade dos agentes econômicos. Estes criam uma ordem cognitiva que é indissociável da ação pública, da governança dos mercados e do funcionamento de diversos setores da economia. O autor analisa a trajetória dos economistas conjunturalistas que trabalham para o Estado, para os organismos internacionais e para os bancos centrais. A previsão oficial é mais do que uma proposição científica sobre o futuro da economia, ela é também uma ação cuja função objetiva construir uma representação oficial da ordem econômica e legitimar uma visão cognitiva, que serve de guia para os agentes econômicos.

No segundo capítulo, Frédéric Lebaron analisa as ambivalências e limites do discurso oficial. A crise fez emergir a ideia

de que havia defeitos no que concerne à gestão de riscos e também de que havia a necessidade de uma nova regulação do setor financeiro. Constata-se que há problema de harmonização legal e fiscal em nível internacional e que não há controle público na formação dos preços no mercado, pois a tentativa de uma nova regulação encontra diversos obstáculos, com resistências por parte dos agentes dominantes da finança mundial. O primeiro grande problema da crise foi a necessidade incessante dos agentes políticos e econômicos em optar pela intervenção do Estado para evitar a falência de agentes econômicos e financeiros estratégicos. É a intervenção do setor público no sistema que limitou os efeitos devastadores das falências bancárias e financeiras. Isto significa que, em face da crise, era preciso reconstruir uma ordem cognitiva totalmente abalada. É por essa razão que uma interpretação oficial da crise foi rapidamente elaborada pelos governantes e pelas instituições internacionais.

As interpretações dominantes da crise são objetivadas pelos discursos do G20. Eles definem uma orientação geral que deve ser seguida por diversos países do mundo. Esses discursos têm uma força social porque estão ligados à autoridade dos enunciadores consagrados. Há um consenso em torno das políticas econômicas mundiais. A interpretação dominante das causas da crise baseia-se na noção de regulação. A regulação, portanto, tornou-se a palavra-chave da reconstrução da ordem econômica mundial que se desestruturou com o choque da crise. Para o

4. Um dos objetivos do keynesianismo era restabelecer a confiança dos agentes econômicos após a crise de 1929.

autor, é a refundação do capitalismo que está em jogo. Os Estados reunidos no G20 tornam-se os agentes principais de uma estratégia coordenada para sair da crise e evitar que outras tantas possam ocorrer no futuro. Estabelecer a confiança dos agentes econômicos passa a ser o objetivo central. A aparente homogeneidade do discurso neo-regulador esconde uma luta entre agentes econômicos que ocupam posições diferentes no espaço social. A necessidade de um quadro jurídico da atividade econômica esconde uma incerteza em relação às coerções legais em uma economia de mercado. A eficácia do direito depende das condições e modalidades de sua aplicação, de instituições e de recursos para aplicar as regras jurídicas. Os agentes econômicos falam sempre na possibilidade de um excesso de regulação. Assim como do perigo de perda da competitividade das empresas e dos países em um cenário de uma economia mundializada. A noção de regulação se impõe na medida em que se observam os limites da autorregulação do mercado. Na verdade, nada garante que os mecanismos colocados em prática evitem novas crises financeiras. Os dispositivos aplicados não modificam as lógicas sociais que fazem do mercado um vetor de uma instabilidade estrutural e das desigualdades salariais crescentes, assim como o crescimento do desemprego.

Uma análise dos dados disponíveis permitiu ao autor elaborar, no terceiro capítulo, uma interpretação alternativa da crise. Assim, ele retoma, partindo de dados socioeconômicos comparativos, diversas anomalias reveladas pela crise, tais como a resistência de certos países a adotarem estratégias de políticas econômicas mais heterodoxas. Lebaron analisa as anomalias do paradigma neoliberal e a diversidade do ca-

pitalismo. A crise permitiu um retorno dos discursos reguladores, mas também surgiu a necessidade de interpretações mais sistemáticas do que as da análise de conjuntura. O autor analisa o fato de que as concepções teóricas da mundialização, o papel do Estado na economia, a proteção social e a auto-regulação do mercado são profundamente questionados pela crise. É no centro do modelo *anglo-saxon* que a crise se formou, e é este modelo de desenvolvimento que foi questionado pela crise. A crise é finalmente interpretada como uma manifestação da recomposição do capitalismo mundial, e, em particular, uma reconfiguração dos países dominantes. Desse modo, a crise é uma recomposição de todos os setores e se traduz por mudanças nas hierarquias, fusão de empresas, desaparecimento de outras e uma crescente presença do setor público na economia. O governo francês coloca em primeiro plano a reforma e a refundação do capitalismo pela regulação, assim como um aumento do desemprego em todos os setores da economia.

No quarto capítulo, o autor analisa o endividamento excessivo das famílias que, ligado às desigualdades salariais, tornou-se um dos vetores da crise do setor imobiliário. Assim, a indústria financeira esteve à beira de um colapso em setembro de 2008, antes mesmo da intervenção pública. Neste mesmo período, vários bancos faliram e outras instituições foram recapitalizadas. Para Frédéric Lebaron, mesmo considerando que as hierarquias internacionais têm certa estabilidade no tempo, não resta dúvidas de que a posição dos Estados Unidos é frágil no cenário internacional, sobretudo quando se considera que o fim de Bretton Woods acentua a dominação financeira americana. A hegemonia americana se impõe como um dado incontestável em diversos setores eco-

nômicos e culturais, caracterizando-se como um imperialismo cultural nas palavras de E. Said (SAID, 2000). A dominação simbólica americana se expressa mais precisamente na teoria financeira e nas teorias econômicas em particular. Pode-se falar de um espaço acadêmico-financeiro (DEZALAY e GARTH, 2002) ao qual são submetidos diversos economistas, mas o autor demonstra que a crise impõe limites à dominação americana ao revelar as fragilidades do sistema econômico e financeiro. Assim, a crise do modelo americano é também uma crise cognitiva. Enfim, uma nova dinâmica especulativa é centrada nos novos mercados emergentes.

No quinto capítulo, o autor analisa sistematicamente a estrutura e o funcionamento do capitalismo estatal-financeiro que emerge da crise. Neste, Frédéric Lebaron se apoia em análises de discursos, nas estratégias e características sociais de diversos agentes, tais como os políticos, os Bancos Centrais, os chefes de empresas e os agentes sindicais. O objetivo é elaborar um modelo socioeconômico mais geral, relacionando a sociologia das elites com o estudo das estruturas cognitivas e a análise da circulação do fluxo monetário e financeiro, pois o capitalismo se caracteriza pela coexistência instável de empresas públicas e privadas. A persistência do discurso neoliberal em relação à redução dos gastos públicos mostra a importância histórica do Estado como agente regulador. A estrutura simbólica do capitalismo balançou e, ao mesmo tempo, ela se reestruturou em torno das estruturas públicas.

No sexto e último capítulo, Frédéric Lebaron retoma o problema, abordado no conjunto do livro, sobre os critérios de avaliação das *performances* no campo econômico e social. A crise mostrou que uma boa *performance* em termos de crescimento do

PIB pode camuflar grandes desequilíbrios estruturais. A crise questiona a utilização do PIB como grande indicador no campo socioeconômico. Para Frédéric Lebaron, o fato de colocar paralelamente em prática indicadores alternativos de avaliação das *performances* no domínio das políticas públicas contradiz, na prática, as tentativas de definição do crescimento unicamente a partir de um indicador tal como o PIB. Assim, a crise afeta a relação entre o Estado e o mercado e questiona, sobretudo, o papel da economia na construção do bem-estar coletivo. Isto porque os diferentes setores da ação pública são submetidos a critérios de avaliação definidos em relação à eficácia econômica. Os limites do PIB (baseado apenas na análise mercadológica) faz emergir a crise também como crise dos números e, portanto, da inadequação dos instrumentos estatísticos para aferir a *performance* econômica. Para Frédéric Lebaron, é preciso romper com a crença na *performance* e no crescimento econômico.

Em conclusão, o autor esboça o que seria uma política econômica e social do pós-capitalismo. As políticas de regulação dos mercados financeiros, apresentadas como saídas da crise e com perspectivas de evitar novas crises, avançam lentamente e, ao mesmo tempo, as instituições financeiras reconstituem rapidamente os seus lucros. As tendências de desenvolvimento das desigualdades sociais, algo inerente ao capitalismo, estão cada vez mais presentes na atual conjuntura. As instituições financeiras internacionais e os bancos centrais continuam a agir, mas sem criticar a concorrência fiscal e a especulação financeira. O mercado de trabalho é submetido a uma degradação, a uma insegurança econômica e social e às tensões que engendram o desemprego, bem como o sofrimento no trabalho.

Para o autor, do ponto de vista de uma sociologia cognitiva, o que está em jogo não é tanto uma crise da confiança e sim uma crise da crença que questiona os fundamentos da ordem econômica mundial. O que está em jogo são as finalidades das organizações sociais, a natureza da riqueza, do bem-estar, da relação entre sociedade e economia, entre os indivíduos e o Estado. O capitalismo financeiro, que impõe a supremacia do mercado, produz e legitima cada vez mais as injustiças sociais. Frédéric Lebaron reconhece e se inscreve na mesma perspectiva da sociologia da quantificação de Alain Desrosières (DESROSIÈRES, 2008). A nova ordem social e cognitiva que emerge da crise ainda não é totalmente perceptível, e a tarefa da sociologia econômica é justamente a de analisar as novas perspectivas da economia mundial. O pós-capitalismo global implica em reformas radicais que poderão reunir atores políticos, intelectuais e movimentos sociais em vista da construção de uma alternativa ao sistema econômico mundial. Trata-se de construir um mundo solidário fundamentado na coesão social e territorial. Enfim, o autor evidencia o papel fundamental das crenças na construção da ordem econômica mundial.

## REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. *La crise comment em est-on arrivé-là? Comment s'en sortir?* Paris: Michalon, 2008.
- BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'économie.* Paris: Seuil, 2000.
- COMBEMALE, P. *Introduction à Keynes.* Paris: La Découverte, 2010.
- DESROSIÈRES, A. *L'argument statistique.* Paris: Les Presses Des Mines, 2008.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. G. *La mondialisation des guerres de palais: la restructuration du pouvoir d'Etat en Amérique Latine, entre notables du droit et chigagos boys.* Paris: Seuil, 2002.
- JOHSUA, I. *La grande crise du XXI siècle: une analyse marxiste.* Paris: La Découverte, 2009.
- SAID, E. *Culture et impérialisme.* Paris: Fayard/Le Monde Diplomatique, 2000.
- SAPIR, J. *La fin de l'eurolibéralisme.* Paris: Seuil, 2006.
- TOURAINÉ, A. *Após a crise.* Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- \_\_\_\_\_. *La fin des sociétés.* Paris: Seuil, 2013.
- WALLERSTEIN, I. *Le capitalisme historique.* Paris: La Découverte, 1993.

## NOTA SOBRE O AUTOR

Antonio Paulino de Sousa é mestre em Ciências Sociais pelo *Institut Catholique de Paris* e Doutor em Sociologia pela *Universite de Paris VII* e em Ciências Sociais pelo *Institut Catholique de Paris*. É professor dos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

Recebido em: 07/04/2014

Aprovado em: 23/04/2014